



Mortalidade Materna foi tema de seminário promovido pela Comissão de Cidadania e Reprodução

Evento em parceria com Center for Reproductive Rights dos EUA reuniu, em 27 e 28 de maio, profissionais com o objetivo de ampliar as discussões sobre os temas e para marcar o Dia Nacional da Redução da Mortalidade Materna

Para lembrar o Dia Nacional da Redução da Mortalidade Materna (28), a Comissão de Cidadania e Reprodução (CCR) promoveu o Seminário Mortalidade Materna e Direitos Humanos no Brasil nos dias 27 e 28 de maio, na CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. O Dia Nacional de Redução da Mortalidade Materna foi instituído no Brasil em 1994 por meio da portaria 663/94 do Ministério da Saúde, além de ser o Dia Internacional da Luta pela Saúde da Mulher. O evento procurou sensibilizar a opinião pública e autoridades a respeito da saúde da mulher e prevenção das principais causas de morte materna.

O Brasil se coloca em posição intermediária entre os países desenvolvidos ou em desenvolvimento com relação às causas de morte materna, de acordo com o Ministério da Saúde. De acordo com a CCR, o Nordeste do país é a região com maior índice de mortes maternas também em decorrência do fenômeno da violência sexual contra meninas, que resultam em gestações precoces e arriscadas. “Esses casos, nem sempre implicam em abortos autorizados por lei, ao contrário do caso de repercussão internacional ocorrido em Pernambuco no início de 2009, da menina de nove anos que engravidou de gêmeos do padrasto e teve o aborto autorizado por lei e por razões médicas mediante aos riscos da gravidez precoce”, explica Margareth Arilha, diretora executiva do CCR.

A morte materna é definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como aquela ocorrida durante a gestação ou dentro de um período de 42 dias após o parto, independente da duração ou da localização da gravidez, devido a qualquer causa relacionada com ou agravada pela gravidez ou por medidas em relação a ela, porém não devida a causas acidentais ou incidentais. Após esse período, e em até um ano após o parto, também pode ocorrer o chamado óbito materno tardio. Segundo a CCR, as principais causas de mortes maternas são doenças hipertensivas (eclampsia), hemorragias e abortamentos.

No segundo dia do Seminário (28/05) a Comissão de Cidadania e Reprodução (CCR), entregou um livro, que reúne assinaturas, ao Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros (CISAM) e representantes dos grupos SOS Corpo e Curumim – uma forma de homenagear e apoiar o trabalho das instituições que estiveram envolvidas no processo de realização do aborto legal da menina de Pernambuco. As dez mil assinaturas foram coletadas com a ajuda de uma campanha realizada pela internet, de 05 a 31 de março deste ano, por meio de um manifesto a favor da atitude tomada pelos homenageados. Na ocasião também foi lembrado os 20 anos de criação do primeiro serviço de aborto legal no país, contando com a participação de membros da equipe de profissionais do Hospital Municipal Artur Ribeiro Saboya, em São Paulo.